

ARQUITETURA, CIDADE E SIG-HISTÓRICO: relato de uma experiência a partir dos documentos do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto

Architecture, cities and Historical Geographic Information Systems (HGIS): experience report on documentation from the Arquivo Histórico de Ribeirão Preto

Ana Teresa Cirigliano Villela | Doutoranda em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP), mestre em Arquitetura, Tecnologia e Cidade pela Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Campinas (FEC-Unicamp, 2015) e graduação em Arquitetura e Urbanismo (Uniube, 2010). Integrante dos Grupos de Pesquisa Patrimônio, Cidades e Territórios (FAET-UFMT) e Representações do Lugar (FAU-UFAL). Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Barão de Mauá, em Ribeirão Preto. Email: anacirigliano@usp.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6720-935X>

Resumo:

O artigo relata a experiência da autora com acervos arquivísticos e SIG-Histórico direcionado ao estudo das transformações do Quadrilátero Central de Ribeirão Preto (SP), ocorridas entre 1884 e 1949, tema de pesquisa de doutorado em andamento. Em SIG, foram georreferenciados, vetorizados e cadastrados documentos e dados provenientes, principalmente, do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto. O artigo tem como foco o método desenvolvido no âmbito da pesquisa para geolocalização de processos de obras a partir do cruzamento de plantas cadastrais e dados de livros de impostos prediais. Traz como resultados parciais da pesquisa mapas temáticos e exemplos de processos geolocalizados de obras, algumas ainda preservadas na paisagem atual. Como contribuição ao campo científico, a pesquisa evidencia como as tecnologias digitais podem ampliar as perspectivas historiográficas sobre a cidade, bem como aproximá-las da paisagem atual e da prática da preservação patrimonial.

Palavras-chave: História Urbana. Sistemas de Informação Geográfica. Documentos de arquitetura. Cartografia.

Abstract:

The article reports the author's experience with archival collections and Historical Geographic Information Systems (HGIS) directed to the study of the transformations of the so-called Quadrilátero Central of Ribeirão Preto (SP), which occurred between 1884 and 1949, the subject of Ph.D. research in progress. Within HGIS, the study georeferenced, vectorized, and registered documents and data coming mainly from the Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto. The article focuses on the method developed within the research for the geolocation of construction documentation from the crossing of cadastral plans and data from property tax books. As partial results of the research, it brings thematic maps and examples of construction documentation identified with a geolocation, some of them still preserved in the current landscape. As a contribution to the scientific field, the research shows how digital technologies can broaden the historiographical perspectives on the city and bring them closer to the current physical landscape and the practice of heritage preservation.

Keywords: Urban History. Geographic Information Systems. Architecture documents. Cartography.

Introdução

Nos últimos anos, a historiografia de Ribeirão Preto, município localizado a nordeste do estado de São Paulo, tem se ampliado a partir do levantamento, sistematização e análise de documentos do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto (APHRP)¹ conduzidos por pesquisadores das mais diferentes áreas. Sobre o município de Ribeirão Preto há uma vasta produção acadêmica, à qual se somam diversos relatos memorialistas fundamentados nos discursos panfletários do solo fértil do Ribeirão Preto da década de 1870. Até finais da década de 1980 ambos contribuíram para a escrita de uma história local, protagonizada pelos fazendeiros de café, e o forjamento da memória e da identidade ribeirão-pretanas a partir do legado material monumental do café, que, a nosso ver, precisam ser ampliadas.

No campo da Arquitetura, atualmente temos visto o progressivo interesse de pesquisadores e professores em desviar o olhar exclusivo das obras monumentais e colocar em evidência também edificações cotidianas, tais como residências, fábricas, estabelecimentos comerciais e de serviços, equipamentos de lazer, dentre outros. Afinal, esta é a arquitetura que vivenciamos e que a História da Arquitetura pouco conhece.

Não é nossa intenção negar o papel que o café teve sobre o desenvolvimento econômico e urbano de Ribeirão Preto, para o qual as obras arquitetônicas monumentais funcionam como espelho. Ao contrário, buscamos desvelar outras facetas da “paisagem do café”, trazendo à tona aspectos materiais da arquitetura e da cidade pouco explorados pela historiografia², além de atores envolvidos neste processo e que foram relegados ao anonimato.

Diante dessas inquietações, desenvolvemos a pesquisa de doutorado provisoriamente intitulada *Transformações da Paisagem Urbana: o Quadrilátero Central de Ribeirão Preto (1884 – 1949)*³, que apresenta uma possibilidade de estudo histórico por meio da espacialização⁴ de dados em Sistemas de Informação Geográfica (SIG). Para tanto, levantamos dados em acervos arquivísticos e em campo, posteriormente associados a coordenadas geográficas, que nos deram novas possibilidades de leitura sobre o espaço da cidade.

A grande massa documental da pesquisa foi levantada e digitalizada no APHRP, mas também consultamos outros acervos⁵, buscando, sempre que possível, aproximar os documentos da paisagem atual. Em campo, levantamos 674 edificações projetadas e construídas durante o recorte temporal da pesquisa e, nos arquivos, foram 152 documentos cartográficos, 447 fotografias, 3056 processos de obras particulares – dos quais 2972 foram digitalizados –, além de registros de plantas aprovadas, livros de impostos prediais, relatórios de prefeitos, atas da Câmara Municipal, almanaques e periódicos sobre a cidade.

Utilizamos de Sistemas Informação Geográfica (SIG) como ferramenta de sistematização, processamento e análise de dados extraídos dessas fontes e referentes a diferentes escalas da paisagem, a partir dos quais desvelamos complexos processos de transformação do tecido urbano, os quais dificilmente poderiam ser elucidados sem o uso da ferramenta. O georreferenciamento, ou espacialização de dados, é um processo que demanda a utilização de bases cartográficas para apoio dos dados e, na pesquisa, optamos pelo *software* QGIS, que também dispõe de recursos *Web-GIS* para disponibilização de dados *on-line*, as quais iremos explorar futuramente.

¹ Instituição criada em 1992, que conta com parte do acervo catalogada no Guia do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto (ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO DE RIBEIRÃO PRETO, 1996).

² Nesse cenário, foram de grande contribuição as pesquisas de doutorado de Ana Carolina Gleria Lima, a qual empreendeu minucioso estudo sobre as moradias de Ribeirão Preto produzidas entre 1910 e 1933 (LIMA, 2020), e de Tatiana de Souza Gaspar, sobre o Edifício Diederichsen e suas relações com o processo de urbanização de Ribeirão Preto (GASPAR, 2022).

³ Pesquisa de doutorado desenvolvida no IAU – USP sob orientação da Prof. Dra. Maria Angela P.C.S. Bortolucci.

⁴ A espacialização ou georreferenciamento de dados consiste na atividade de associar dados e documentos a coordenadas de localização absoluta.

⁵ Acervo Tony Miyasaka e bancos de dados digitais da Biblioteca Nacional (BN Digital), do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) e do Instituto Geográfico e Cartográfico (IGC).

O Quadrilátero Central de Ribeirão Preto

O Quadrilátero Central (Figura 1) corresponde à porção urbana de ocupação mais antiga do município de Ribeirão Preto e o interpretamos como resultado do acúmulo de fragmentos materiais de diferentes idades (SANTOS, 2012).

Figura 1 – Quadrilátero Central de Ribeirão Preto (SP)



Fonte: Elaborado pela autora a partir das fontes indicadas

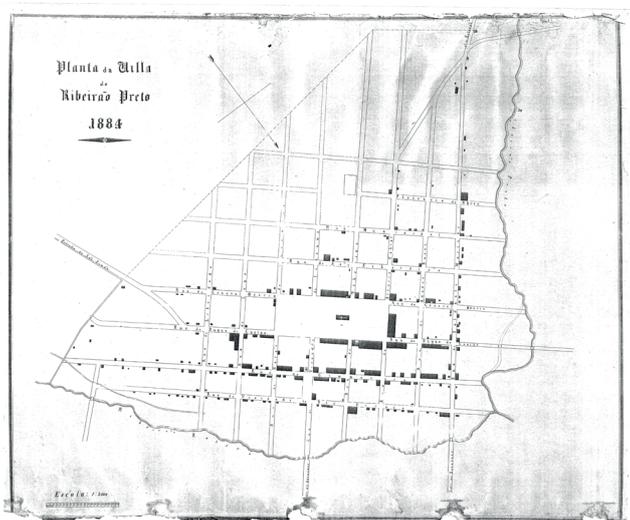
A área é delimitada pelas avenidas Nove de Julho, Independência, Francisco Junqueira e Jerônimo Gonçalves, que abrange boa parte das terras doadas à Igreja em 1856 para formação do Patrimônio da Fábrica da Matriz (GARCIA, 2013). O traçado reticulado e a proximidade a cursos d'água são as duas principais características deste patrimônio reconhecíveis na paisagem atual. Por outro lado, elementos que simbolizaram o progresso da cidade no final do século XIX, como a ferrovia e o Teatro Carlos Gomes, já não existem mais. Foram demolidos juntamente com tantos outros edifícios de caráter cotidiano, que ora estudamos como parte do quebra-cabeças que foi o processo de urbanização do Quadrilátero Central.

A arquitetura teve papel decisivo na definição da imagem da cidade, que na virada do século XIX para o XX deixou de lado seu aspecto provinciano para adquirir ares cosmopolitas, mas que continuou a se modificar nos anos seguintes em resposta a fatores sociais, econômicos, políticos e culturais e aos atores e agentes envolvidos em sua produção. Por trás de cada documento, há profissionais, proprietários de imóveis, moradores e comerciantes, brasileiros e estrangeiros, que participaram ativamente na construção da “paisagem do café” e que muitas vezes passam despercebidos pela historiografia.

Em ambiente SIG, destrinchamos esse processo de urbanização, relacionando a microescala da arquitetura à macroescala da cidade. Utilizamos tanto fotografias aéreas e ortofotos mais recentes quanto mapas e plantas cadastrais urbanas produzidas durante o recorte temporal da pesquisa, de 1884 a 1949, a partir dos quais pudemos comparar as transformações da malha e da tessitura urbanas, verificando o adensamento em quadras, a verticalização de determinadas porções do Quadrilátero, o desdobro de lotes, o prolongamento de ruas, dentre outros aspectos que muitas vezes escapam da “perspectiva em voo de pássaro” (BUENO, 2018) adotada nos estudos urbanísticos. Adotando uma escala ainda mais próxima do objeto de estudo, ao associarmos dados de processos de obras às exatas coordenadas geográficas dos lotes para os quais foram designadas, além da possibilidade de reconstituição da paisagem do passado em diferentes tempos, conseguimos mapear e caracterizar cada uma das edificações aprovadas ao longo do recorte temporal da pesquisa, em relação às soluções de implantação, aos profissionais envolvidos em sua construção, às variações estilísticas e tipológicas, dentre outros aspectos.

A cartografia foi também decisiva na definição do recorte temporal da pesquisa, que parte do primeiro cadastro da cidade, realizado por Augusto Grimmensen em 1884 e intitulado *Planta da Villa do Ribeirão Preto* (Figura 2) e se encerra em 1949, quando a Directoria de Obras da Prefeitura Municipal levanta o *Mappa Geral de Ribeirão Preto* (Figura 3) – ambos os documentos cartográficos integram o acervo digital do APHRP.

Figura 2 – *Planta da Villa do Ribeirão Preto*, 1884

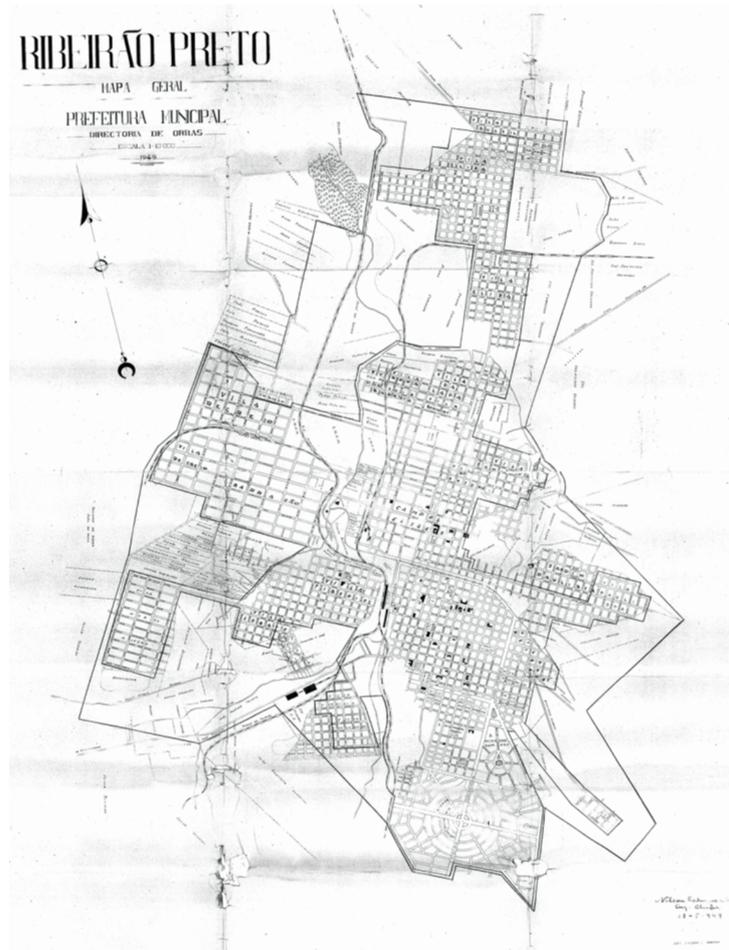


Fonte: APHRP

Esses e outros documentos cartográficos foram georreferenciados em SIG e nos serviram para apoiar uma série de dados e outros documentos de imagem – reproduções de fotografias e projetos arquitetônicos – de forma vinculada a coordenadas geográficas absolutas e acessíveis a partir de uma mesma base de dados. Por outro lado, apesar de todo o seu potencial, a ferramenta em si não responde a problemas de pesquisa, cabendo a nós a interpretação e a análise dos documentos e dados levantados, que extrapolam o alcance deste artigo. Por isso, elegemos como foco um dos principais problemas práticos enfrentados na pesquisa,

que diz respeito à geolocalização dos processos de obras. A princípio, poderia parecer algo intuitivo, quase óbvio, utilizar os endereços informados nesses documentos para localizar tais obras no espaço da cidade, o que nem sempre logra sucesso devido às divergências de toponímia e dos sistemas de numeração predial antigos e atual. As mudanças de toponímia são mais fáceis de serem resolvidas, pois, na maioria das vezes, basta a sobreposição de mapas e plantas cadastrais produzidos em diferentes períodos. Já a questão dos números prediais se torna um pouco mais complexa devido à ausência de registros sistematizados. Até então, sabíamos apenas que, até meados do século XX, tal atribuição era feita com base no número de prédios por rua e o acréscimo de letras aos números existentes no caso de novas edificações (BARBUY, 2006). Ou seja, na medida em que aumentava o número de prédios, a numeração precisava ser refeita.

Figura 3 – Mappa Geral de Ribeirão Preto, 1949



Fonte: APHRP

O primeiro emplantamento de Ribeirão Preto foi realizado em 1895 (RIBEIRÃO, 1895) e tinha como referências o Ribeirão Preto, margeado pela Avenida Jerônimo Gonçalves, e o Córrego do Retiro, margeado pela atual Avenida Francisco Junqueira, de onde partia a contagem do número de casas. O Código de Posturas de 1902, por meio do artigo 26, instituiu que a numeração dos prédios deveria ser revista a cada três anos (CÂMARA MUNICIPAL, 1902), mas, apesar das incessantes buscas no APHRP e na Secretaria da Fazenda da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, não encontramos documentos que contivessem o registro de tais revisões. No APHRP, encontramos apenas um livro⁶ intitulado *Reemplacimento*, cujas páginas contêm a relação entre os números antigos e os novos das edificações situadas à Rua Visconde do Rio Branco. As demais páginas estão em branco.

⁶ Embora não contenha data, acreditamos que o livro tenha sido produzido por volta de 1913.

Em 1948, a Lei n. 29 instituiu que a partir de então o número de cada prédio passaria a corresponder, aproximadamente, à distância em metros, medida pelo eixo da via desde sua origem até o meio da soleira. As referências para definição dos pontos de origem das ruas foram mantidas e os imóveis à direita receberam números pares e aqueles à esquerda, números ímpares (RIBEIRÃO PRETO, 1948). Aparentemente, houve uma tentativa de registro sistematizado das alterações feitas nessa ocasião no livro intitulado *Registro dos Números dos Prédios - Antigo e Moderno*, datado de 1949. Todavia, os registros se restringem, mais uma vez, à Rua Visconde do Rio Branco, sem qualquer informação sobre os demais logradouros. Além disso, no Guia do Arquivo (ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO DE RIBEIRÃO PRETO, 1996), consta a existência do documento *Cadastrros de Emplacamento pelo Sistema Métrico (sem data)*, que, infelizmente, não encontramos no acervo. Finalmente, em um dos conjuntos cartográficos⁷ que levantamos e digitalizamos no APHRP, com folhas datadas de 1939 a 1942, identificamos alguns dos imóveis cadastrados contendo a indicação do número predial vigente até 1948 e aquele adotado a partir de então, mas ainda assim não são todos os imóveis a conter esse dado e há folhas faltando⁸.

Como as consultas aos acervos costumam ser feitas por meio dos endereços atuais dos imóveis, nem sempre os processos correspondem às edificações de interesse. No caso de Ribeirão Preto, isso faz com que muitos pesquisadores tenham acesso apenas à documentação de edifícios “mais conhecidos”, preservados ou demolidos, a exemplo do Teatro Pedro II e do Palacete Innechi. Mesmo no caso de pesquisadores que se debruçam sobre o acervo, levantando e catalogando caixas e caixas de processos, a questão da localização e, portanto, da vinculação dos documentos de arquitetura ao espaço da cidade, esbarra nas divergências dos sistemas de numeração predial. Cientes das dificuldades enfrentadas não apenas no APHRP, desenvolvemos um método⁹ que cruza dados de processos de obras, plantas cadastrais urbanas e livros de impostos prediais em ambiente SIG, que possibilitou a geolocalização dos processos de obras levantados no âmbito da pesquisa. Por se tratar de algo que possa ser útil a pesquisadores da área, resolvemos aproveitar o ensejo da 15ª edição da Revista do Arquivo para tratar do desafio que enfrentamos relativo à geolocalização dos processos de obras com o auxílio de SIG.

Georreferenciamento e vetorização de plantas cadastrais urbanas

A Seção Obras Particulares do APHRP guarda mais de nove mil caixas contendo processos datados de 1910 a 1979. Consultamos cerca de 8.000 processos aprovados para toda a área urbana de Ribeirão Preto até 1949, dentre os quais 3.056 são endereçados ao Quadrilátero Central. Anterior a 1910, contamos ainda com alguns registros de aprovações nas atas da Câmara lavradas entre 1896 e 1898 e com o livro *Relação das plantas de construção e reconstrução aprovadas pela Câmara*, que cobre o período de 1902 a 1913. Ainda que sejam registros escritos, com dados que na maioria das vezes se restringem ao nome do proprietário e ao nome da rua, conseguimos geolocalizar alguns deles¹⁰, com uma margem de erro maior, uma vez que as possibilidades de cruzamento de fontes são menores.

Já nos processos, aprovados a partir de 1910, contamos com maior quantidade de informações. Na capa, informa-se o número do processo e, frequentemente, o nome do proprietário, o endereço da obra – nome da rua e número predial ou somente o nome da rua –, e, a partir da década de 1930, também os nomes

⁷ Trata-se de um material não catalogado, sem nomenclatura oficial e indicação do órgão responsável por sua elaboração, que foi doado pelo Departamento de Águas e Esgotos de Ribeirão Preto (DAERP) ao APHRP. É composto por um conjunto de mais de 500 pranchas contendo desenhos de quadras urbanas e respectivos edifícios e lotes. A partir das datações dos carimbos, constatamos que esse trabalho foi iniciado em 1939, mas permaneceu em uso até a década de 1960, sem que as alterações fossem devidamente registradas. Novas edificações foram sendo desenhadas nos lotes, apagando-se eventuais edificações pré-existentes, como um verdadeiro palimpsesto. Apesar dos problemas com relação à datação dessas pranchas, convençionamos chamar esse conjunto documental de Cadastro de 1939.

⁸ As folhas são numeradas na margem inferior ou no verso e as de número 1 a 185 são relativas a quadras do Quadrilátero Central. Porém, só conseguimos levantar 142 folhas, o que nos mostra que parte deste conjunto documental já se perdeu.

⁹ Ver também: VILLELA, A. T. C.; BORTOLUCCI, M. A. P. C. S. Acervos de arquitetura e SIG-Histórico: decifrando os antigos sistemas de numeração predial. *Paranoá*, [S. l.], n. 32, p. 1–24, 2022. DOI: <https://doi.org/10.18830/issn.1679-0944.n32.2022.11>. Acesso em: 2 nov. 2022.

¹⁰ Em alguns casos, os proprietários de imóveis construídos ou reconstruídos no período coberto pelas atas da Câmara e pelo livro de aprovações mantiveram-se os mesmos até 1910 ou 1918 e foi possível identificá-los após a espacialização dos dados obtidos nos livros de impostos prediais.

dos projetistas e construções, a natureza da obra e o número do requerimento. Dentro das pastas, estão armazenados os desenhos de arquitetura, com quantidade de folhas variável, e, no caso de processos da década de 1940, os memoriais descritivos. Após um ano levantando e digitalizando os processos relativos ao Quadrilátero Central, demos início ao cadastro dos dados em SIG.

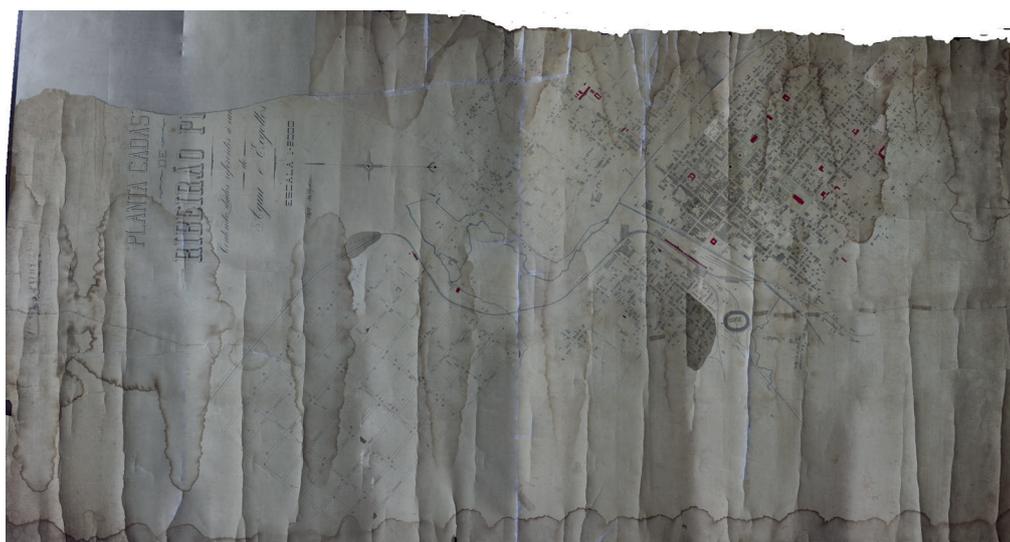
Para tanto, fizemos o georreferenciamento das plantas cadastrais por meio da atribuição de coordenadas a pontos comuns existentes nos documentos e na paisagem atual, principalmente nas esquinas, considerando que praticamente não houve alteração no traçado das quadras. Usamos como referências as imagens aéreas do *Google Earth*, de 2022, e as ortofotos de 2016 cedidas pela Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto. Na Figura 4, apresentamos o resultado do georreferenciamento da *Planta Cadastral de Ribeirão Preto contendo dados referentes à canalização de Água e Exgottos*, de 1918.

O simples georreferenciamento dessa planta cadastral em específico nos deu a ver a dilatação da mancha urbana em relação ao século XIX, o adensamento dos lotes nas proximidades da Estação Ferroviária (vide edificações em cinza), a presença de edifícios públicos na parte alta da cidade (vide edificações em vermelho), esquemas de implantação predominantes, dentre outros aspectos mais gerais da paisagem.

Em seguida, vetorizamos¹¹ as edificações representadas em cada uma das plantas cadastrais, bem como os contornos das quadras, linhas férreas, estradas e elementos hidrográficos exatamente como representados nos documentos. Aos vetores das edificações desenhados sobre essa planta cadastral, atribuímos dados levantados no livro de impostos prediais de 1918, mesmo ano de elaboração do documento cartográfico, relativos ao nome da rua, número predial (Figura 5), nome do proprietário e valor locativo.

Nos livros de impostos prediais, os lançamentos eram feitos de forma sequencial, em ordem crescente ou decrescente, arrolando-se primeiramente todos os imóveis pares e, em seguida, os ímpares, ou vice-versa, de uma mesma rua, tomando como ponto de referência os cursos d'água. Assim, todas as ruas perpendiculares ao Ribeirão Preto tinham a contagem iniciada na Avenida Jerônimo Gonçalves e em todas as perpendiculares ao Córrego do Retiro, a contagem se iniciava na atual Avenida Francisco Junqueira, referenciais esses até hoje utilizados. Adotamos então a mesma sequência dos cobradores de impostos e atribuímos os dados de endereço e proprietário aos vetores desenhados sobre a planta cadastral de 1918.

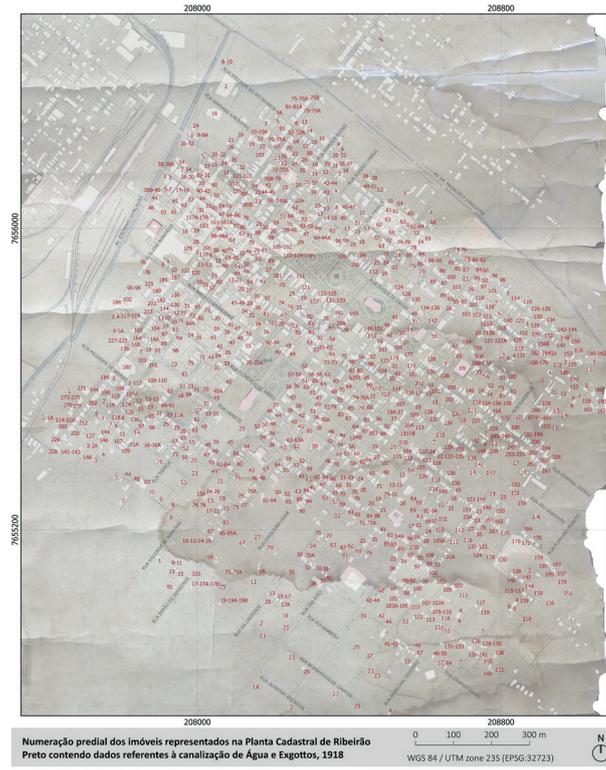
Figura 4 – Georreferenciamento e vetorização da *Planta Cadastral de Ribeirão Preto contendo dados referentes à canalização de Água e Exgottos*, 1918



Fonte: Elaborado pela autora a partir das fontes indicadas

¹¹ A vetorização consiste no processo de redesenho das feições representadas nos documentos ou ainda na representação dos elementos do mundo real no ambiente SIG. Podem equivaler a pontos, linhas ou polígonos, aos quais são associados atributos, que consistem em textos ou números que visam descrever os elementos representados.

Figura 5 – Numeração predial, 1918



Fonte: Elaborado pela autora a partir das fontes indicadas

Figura 6 – Principais proprietários de imóveis, 1918



Fonte: Elaborado pela autora a partir das fontes indicadas

Procedemos da mesma forma com a *Planta da Cidade de Ribeirão Preto organizada pelo Escriptorio da Empreza Força e Luz*, recorrendo desta vez ao livro de impostos prediais de 1910, ano em que a planta foi levantada. Poderíamos estender essa mesma metodologia para outras plantas cadastrais¹² desde que houvesse documentos complementares contemporâneos, como o caso dos livros de impostos, ou ao menos com datação aproximada para minimizar a margem de erro.

Assim, criamos condições para saber exatamente a localização de um processo de obras datado de 1917 e endereçado à Rua Duque de Caxias, n. 5, bastando procurar essa rua e esse número dentre os vetores cadastrados sobre a base cartográfica mais próxima, no caso, a de 1918.

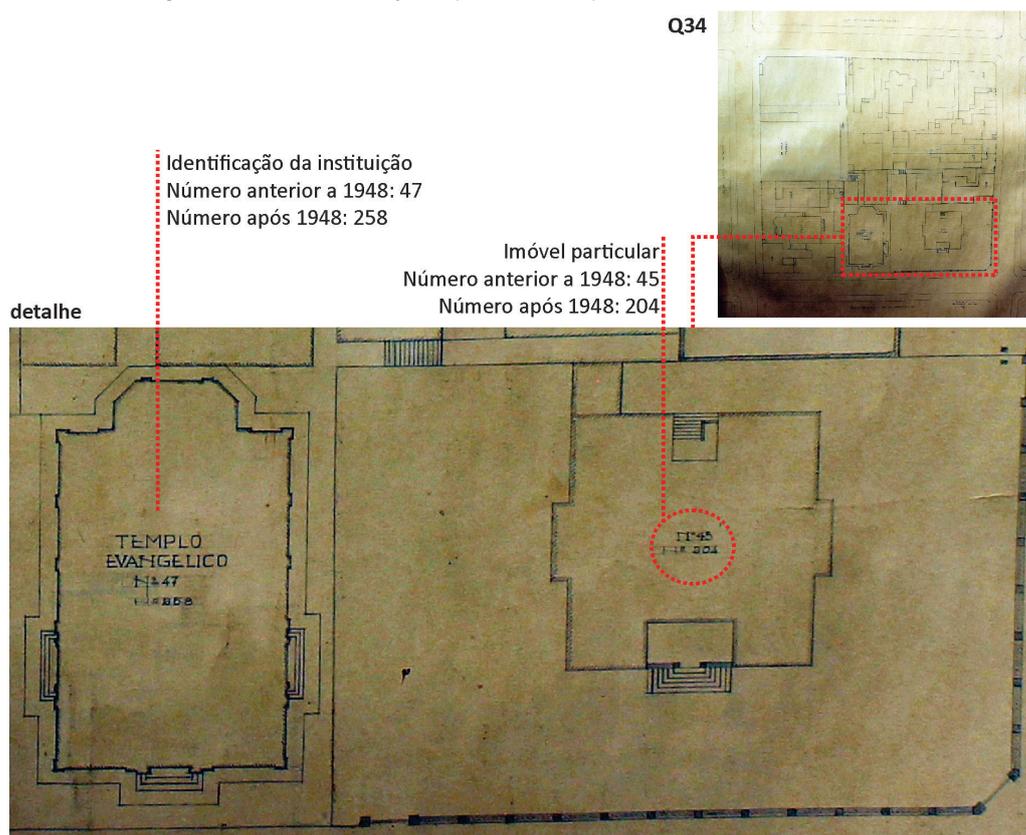
Uma vez cadastrados os dados, fizemos diversas classificações que nos permitiram, por exemplo, identificar quem eram os proprietários daquelas edificações representadas na planta cadastral de 1918. O mapa da Figura 6 é resultado dessa classificação, no qual evidenciamos os proprietários com dez ou mais imóveis em seu nome para compreender como esses indivíduos atuaram na produção da cidade e moldaram a paisagem do Quadrilátero Central. O fato de Jeronymo Ippolito e Vicente Viccaro, ambos imigrantes italianos, serem os principais proprietários de imóveis em 1918 é bastante significativo do ponto de vista histórico, afinal, em grande parte da bibliografia, o mérito do progresso e do desenvolvimento material de Ribeirão Preto é dado aos fazendeiros de café. Iria Alves Ferreira é a única fazendeira a constar nessa relação de principais proprietários de imóveis. Aliás, Vicente Viccaro e João Temporini também estavam entre os dez proprietários com maior número de processos residenciais aprovados em toda a cidade entre 1910 e 1933 (LIMA, 2020). Ippolito, Temporini e Francisco Ambrosio eram comerciantes e Vicente Lo Giudice, construtor. Todos juntaram certo capital e passaram a investir na construção de imóveis para aluguel. Assim como os demais, esses investidores estavam envolvidos com outras atividades econômicas e participaram ativamente da produção da cidade, assim como verificado por Bueno (2016, p. 159) na cidade de São Paulo, onde “o capital dos setores médios da sociedade capitalista então emergente também foi responsável pela produção do espaço da nova cidade de São Paulo de então”.

No cruzamento desses dados àqueles relativos aos processos de obras, verificamos ainda os usos e os profissionais da construção civil contratados na produção de muitos desses imóveis. Em nome de Jeronymo Ippolito, por exemplo, entre 1911 e 1920, foram aprovadas vinte obras na área central, sendo sete com destinação residencial, quatro de uso misto, três de uso comercial, duas de uso industrial, uma de serviços e três não apresentam informações suficientes para identificação de uso. Três delas são assinadas pela empresa Gallo & Filho e uma por Tobias Souza Castro. Os demais projetos arquitetônicos não são assinados, muito embora essa fosse uma exigência do código de posturas da cidade. Já Vicente Viccaro aprovou 38 obras entre 1897 e 1939, cujos projetos são assinados por Antonio Columbat, Antonio Soares Romêo, Cícero Martins, Dário Cordovil Guedes, Ernesto Terreri, Guilherme Rosada, Leandro Dupré, Lourenço Malisano, Nelson Junqueira, Renato Camerini e Vicente Azenari, além de um projeto assinado por ele mesmo.

A partir do SIG também pudemos constatar as alterações sofridas em cada lote da área de estudo. No caso das plantas cadastrais datadas de 1939 a 1942 (Figura 7), inclusive, notamos que algumas dessas alterações chegaram a ser registradas, sendo apagadas determinadas informações, principalmente desenhos de edificações, para dar lugar a outras, atualizadas de acordo com as novas construções e demolições da cidade.

¹² A planta de 1884, por exemplo, é anterior aos primeiros lançamentos, de 1895, não sendo possível atribuir dados aos vetores. Por outro lado, é um documento que contém o registro do antigo curso do Ribeirão Preto, desviado para a implantação do pátio ferroviário da Companhia Mogiana, bem como nomenclaturas de ruas alteradas nas décadas seguintes, além da indicação do local da primeira matriz, do antigo cemitério, do caminho para a estação ferroviária provisória, dentre outros elementos.

Figura 7 – Detalhe de edificações representadas na planta cadastral da Quadra 34, 1939



Fonte: Elaborado pela autora a partir de documentação do APHRP

Como os desenhos foram feitos a lápis, essas modificações eram relativamente fáceis de serem realizadas e hoje são visíveis as marcas dos trechos apagados e redesenhados sobre a mesma folha. Nos carimbos, essas intervenções sobre os documentos originais não foram registradas, permanecendo certas incoerências, como no exemplo da Sociedade Recreativa e de um edifício de dez andares, construídos respectivamente apenas nas décadas de 1950 e 1960, mas que aparecem em folhas datadas de 1939.

Nesse sentido, o georreferenciamento e a vetorização de documentos cartográficos, associados aos dados levantados nos livros de impostos prediais, abriram diversas frentes investigativas em nossa pesquisa de doutorado, ainda em desenvolvimento. Em função do tema proposto para esta edição da Revista do Arquivo, consideramos pertinente tratar especificamente da nossa experiência com a geolocalização dos processos de obras, públicas e particulares, por se tratar de um problema recorrente dentre os pesquisadores que lidam com esse tipo de documentos.

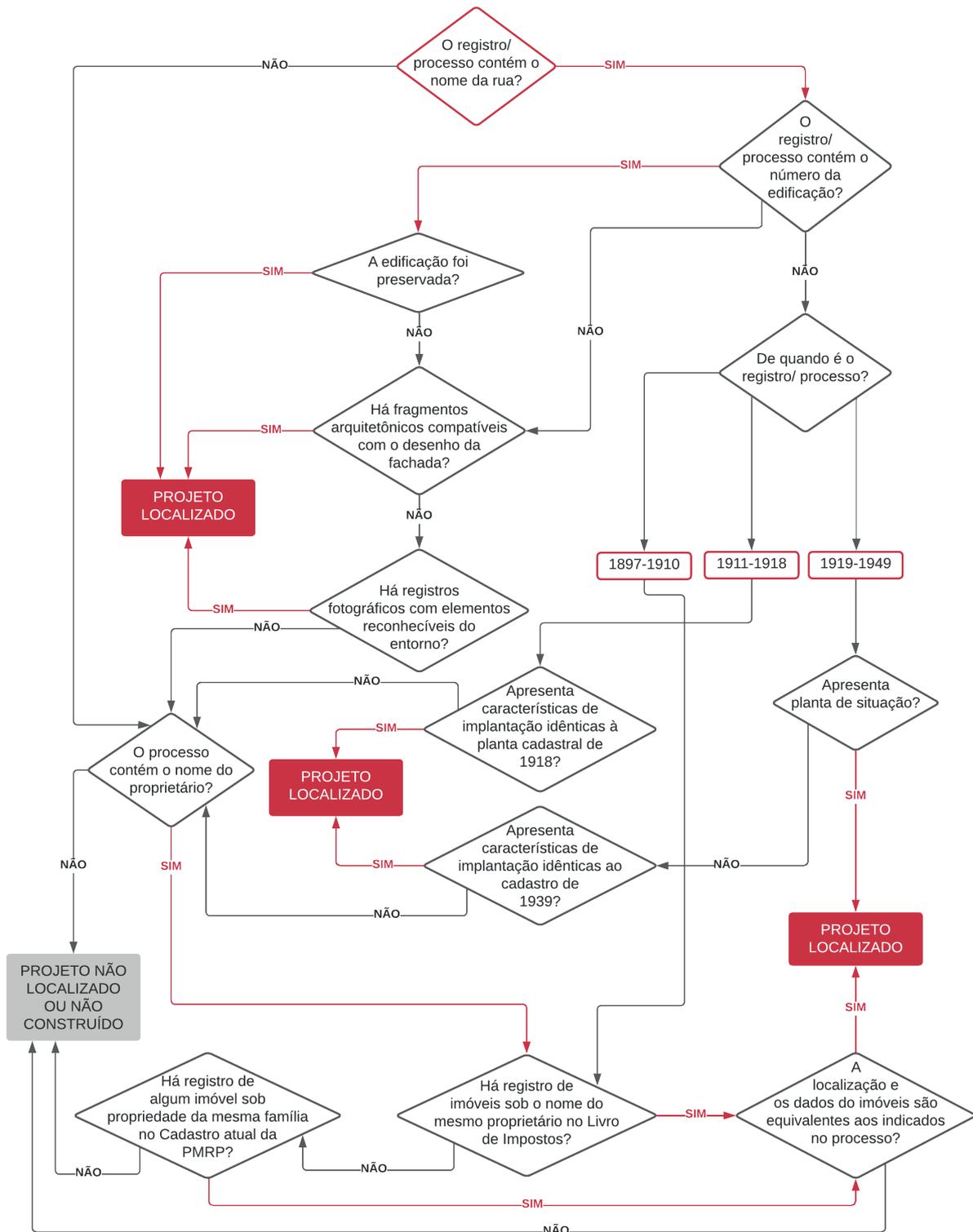
Geolocalização dos processos de obras

Uma vez georreferenciadas as plantas cadastrais urbanas, vetorizadas as edificações e atribuídos os dados dos livros de impostos, começamos o processo de espacialização dos dados dos processos de obras, considerando os fatores apresentados no fluxograma da Figura 8 e exemplificados na Figura 9.

Em alguns processos, não dispúnhamos de dados completos, faltando, por exemplo, o nome do proprietário ou o nome da rua. Excepcionalmente, nos deparamos com processos sem nenhum tipo de identificação, apenas com o número do processo. Nesses casos, conseguimos comparar as características das fachadas e das plantas, tal como representadas nos projetos aprovados, com as fotografias de edificações produzidas

em campo, as representações nas plantas cadastrais urbanas e as fotografias georreferenciadas¹³, o que nos levou a identificar os lotes relativos a esses processos.

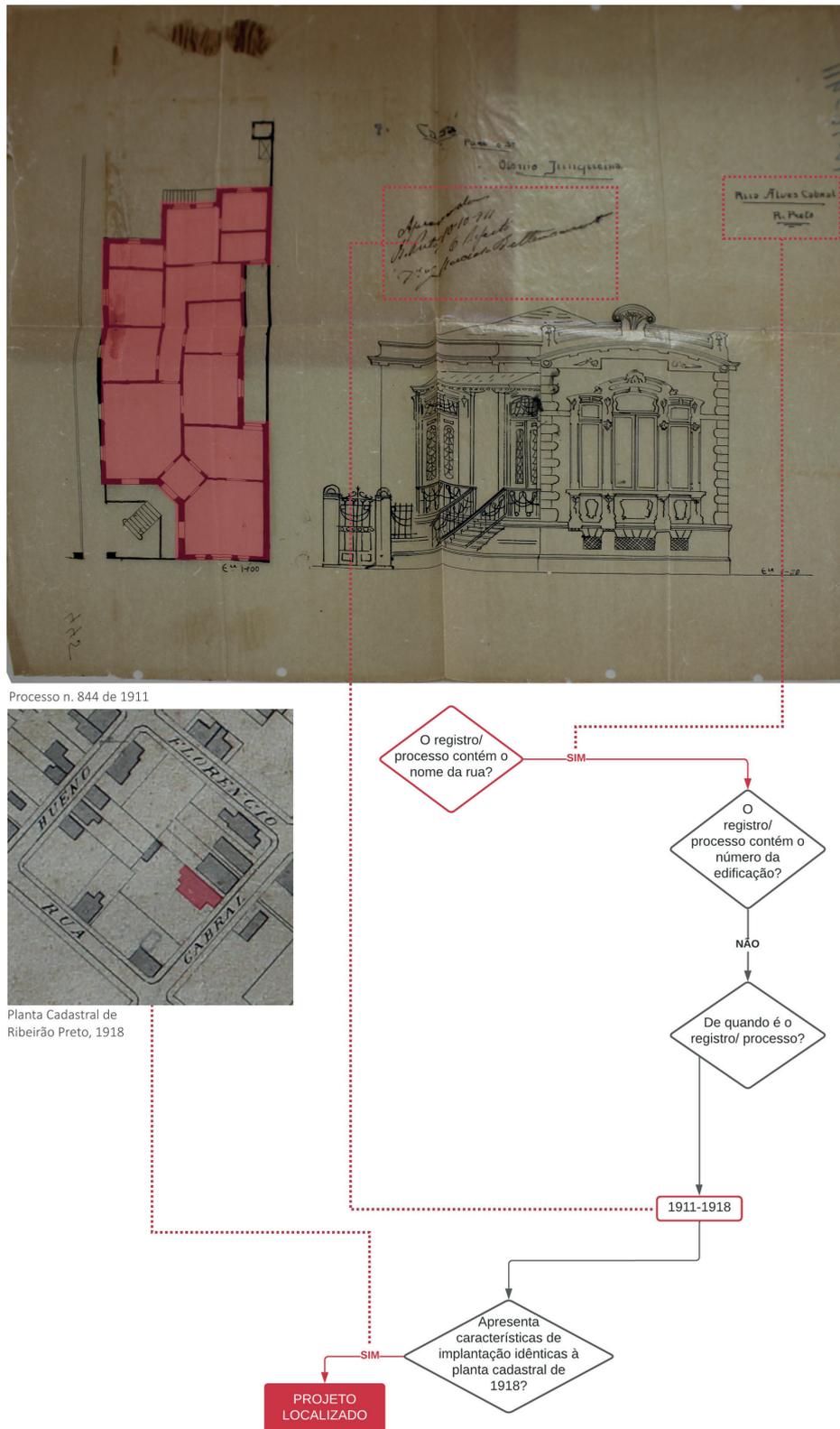
Figura 8 – Fluxograma de geolocalização dos processos de obras



Fonte: Elaborado pela autora a partir de documentação do APHRP

¹³ Além do georreferenciamento dos processos de obras, atribuímos coordenadas e cadastramos dados de 433 fotografias, a maioria delas pertencente ao APHRP.

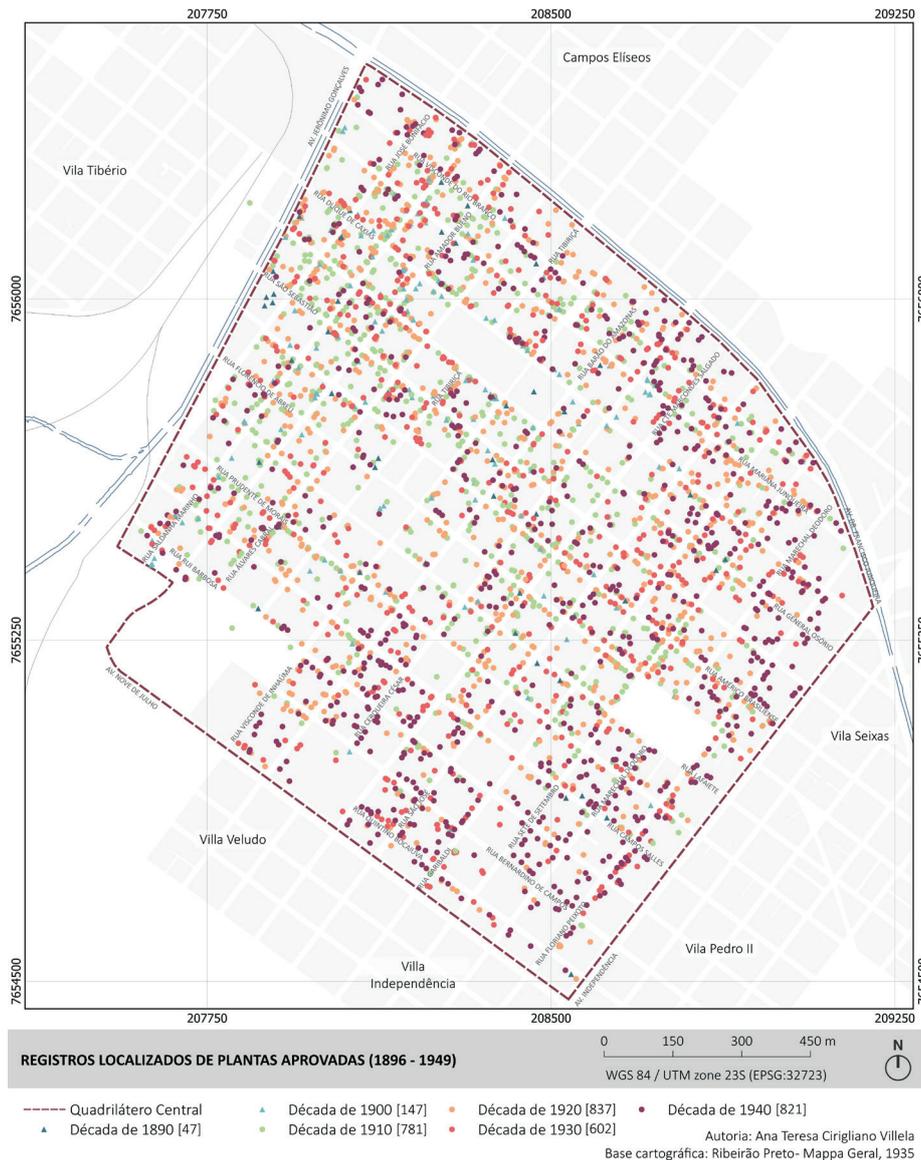
Figura 9 – Exemplo de aplicação do fluxograma de geolocalização ao Processo n. 84 de 1911



Fonte: Elaborado pela autora a partir de documentação do APHRP

Por meio deste método, conseguimos georreferenciar 3.235 registros de plantas aprovadas, o que corresponde a 93% do total de registros levantados. Na Figura 10, tais registros estão classificados por década.

Figura 10 – Geolocalização dos registros de plantas aprovadas entre 1896 e 1949



Fonte: Elaborado pela autora a partir das fontes indicadas

Dentre os 7%¹⁴ de registros que não conseguimos localizar, vale destacar alguns aspectos. Em relação às plantas da década de 1890, a proporção de registros localizados e não localizados é muito próxima, já que as informações sobre os imóveis obtidas nas atas da Câmara são bastante limitadas. Já na década de 1900, o quantitativo de registros localizados é sete vezes maior do que o de não localizados, pois notamos que o fator proprietário-rua indicado nos processos coincidia com os dados dos livros prediais de 1910, ou seja, pessoas que construíram suas casas na década de 1900 e que lá permaneceram, pelo menos, até 1910¹⁵. A partir de 1911, dispomos dos projetos arquitetônicos, o que facilitou muito sua localização, sobretudo devido à possibilidade de comparação com as plantas cadastrais. No entanto, é justamente nas décadas de 1910 e 1920 onde reside o percentual mais alto de registros não localizados de plantas, já que o material desse período está bastante desgastado e não conseguimos fazer a digitalização completa do conteúdo gráfico de alguns processos.

¹⁴ Ainda que seja um percentual baixo, criamos uma camada em SIG para representar os registros não localizados, tomando como base apenas a rua informada nas fontes consultadas. Nesta camada, inserimos dados cumulativos por rua, já que não conseguimos os respectivos lotes.

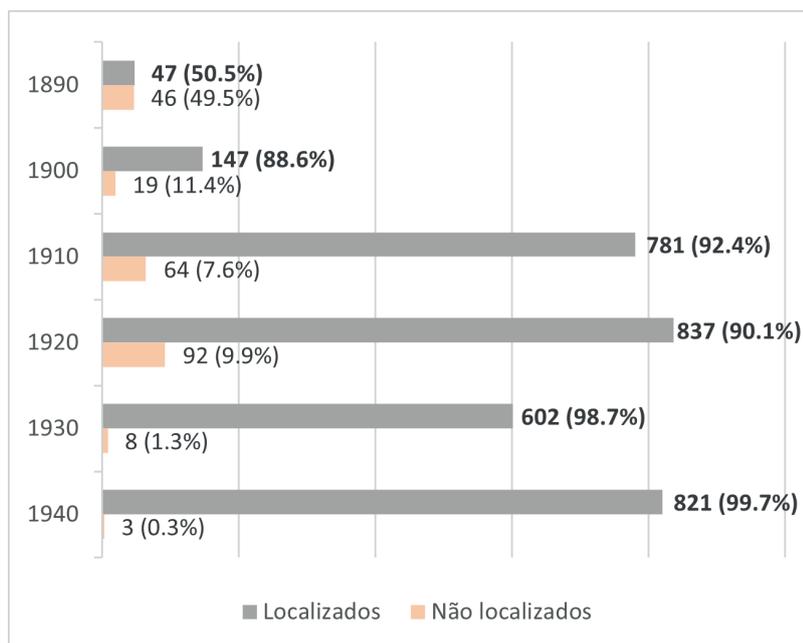
¹⁵ A título de curiosidade, ao cruzar os dados dos livros de impostos prediais e dos processos de obras com o cadastro atual de imóveis da Prefeitura Municipal, constatamos que algumas famílias ainda hoje são proprietárias desses imóveis.

A partir da década de 1930 há uma queda expressiva no quantitativo de projetos não localizados, que se deve à presença de dados de endereço mais completos e plantas de situação que não nos deixam dúvidas acerca dos lotes. Ademais, as plantas datadas de 1939 a 1942, além de conter a indicação dos números prediais de algumas edificações, também possuem desenhos muito precisos dos contornos das edificações, cuja geometria pudemos comparar com as plantas anexadas aos processos de obras. Em alguns casos, tal representação, inclusive, nos mostrou que determinados projetos não chegaram a se concretizar.

O Gráfico 1 mostra que a margem de erro é menor quanto maior a possibilidade de cruzamento de fontes. Como até 1910 contamos apenas com registros escritos e ou dados de endereço pouco precisos, as dificuldades de georreferenciamento foram maiores. Ainda assim, acreditamos que se trate de um percentual aceitável e com poucas distorções nas análises que tecemos a partir dos mapas.

A partir do mapa da Figura 10, podemos notar que o quantitativo de obras aprovadas aumentou gradativamente ao longo das seis décadas de estudo, exceto na década de 1930, o que reflete os efeitos da crise de 1929 sobre o mercado imobiliário local. Também é possível notar um deslocamento das obras ao longo desse período que, a princípio, estiveram concentradas na baixada do Ribeirão Preto (ao longo da Avenida Jerônimo Gonçalves), mas que na década de 1940 se concentraram nos setores sul e sudeste do Quadrilátero Central, onde ainda havia lotes vagos e a preços mais acessíveis. Permaneceram sem ocupação, porém, as terras a sudoeste, onde a existência de uma pedreira funcionou como barreira ao processo de urbanização. Esse movimento esteve acompanhado ainda do aumento do número de pavimentos das edificações aprovadas, sobretudo daquelas localizadas nas imediações da Praça XV de Novembro.

Gráfico 1 – Relação de registros localizados e não localizados relativos ao Quadrilátero Central



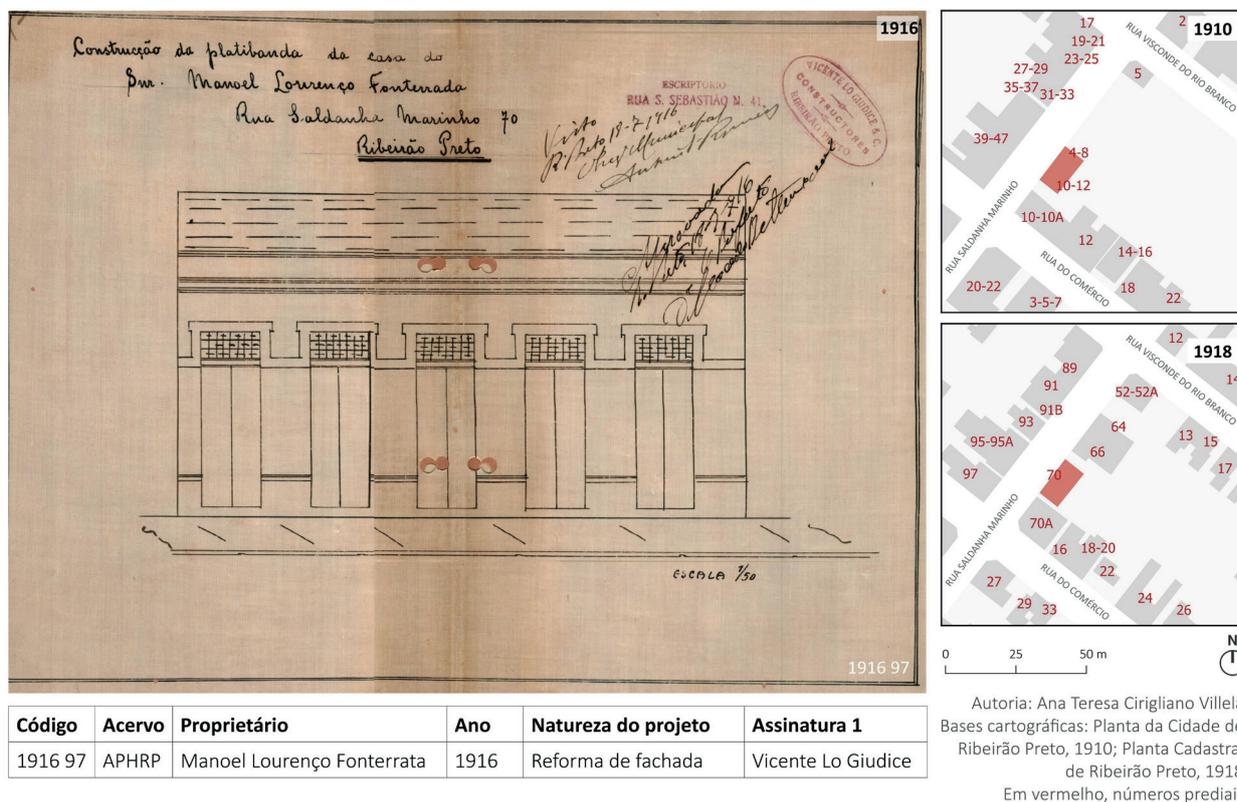
Fonte: Elaborado pela autora

Possibilidades de leitura: a cidade a partir da arquitetura, a arquitetura a partir da cidade

Geralmente, quando falamos em transformações urbanas, temos em mente grandes obras públicas e deixamos passar despercebidas as dinâmicas perfiladas no interior dos lotes e das edificações. O georreferenciamento dos processos de obras lançou luz sobre essas dinâmicas, que vão desde pequenas reformas, passando por reconstruções de fachadas, até a construção de novas edificações.

Em 1916, Manoel Lourenço Fonterrata, por exemplo, aprovou o projeto de construção de uma platibanda de edificação comercial situada à Rua Saldanha Marinho (Processo n. 97 de 1916), reproduzido na Figura 11. No conteúdo gráfico foi apresentado apenas o desenho da fachada, sem qualquer especificação para além do título, que explicita a natureza da obra. Além da platibanda, vale ressaltar as portas em folhas cegas de madeira, a ausência completa de ornamentação e as aberturas com vergas retas, características típicas da arquitetura oitocentista, cujos exemplares perduraram na paisagem do Centro, pelo menos, até a década de 1940.

Figura 11 – Edificação de Manoel Lourenço Fonterrata (Processo n. 97 de 1916)



Fonte: Elaborado pela autora a partir das fontes indicadas

Na Figura 12, temos um exemplo interessante de uma edificação cuja construção foi aprovada em 1915 e que em 1948 passou por uma reforma que alterou o estilo das fachadas voltadas para a rua. A fachada de 1915 seguia os padrões do ecletismo, em voga no período, mas que a partir da década de 1920 começaria a cair em desuso, em função da “tendência de limpeza e geometrização dos ornamentos” (LIMA, 2020, p. 252). Na década de 1940, foi comum a alteração das fachadas das edificações do Centro para se adequar às novidades do mercado, aqui representadas pelo *art déco*. Ainda assim, a conjugação dos usos comercial e residencial permaneceu. Ao contrário da capital paulista, onde já na primeira década do século XX começaram a surgir “prédios de alguns andares, com destinação exclusivamente comercial” (REIS FILHO, 2011, p. 60), em Ribeirão Preto, esse fenômeno se iniciou apenas após o término da segunda guerra mundial. Ou seja, a conjugação entre os locais de moradia e trabalho continuou sendo uma característica forte dos imóveis da área central, sobretudo na baixada do Ribeirão Preto. Alguns deles, ainda hoje guardam essa tradição.

Mais do que uma questão estética, as mudanças estilísticas na arquitetura nos ajudam a compreender novos ciclos econômicos e demandas de um mercado imobiliário sempre ávido por novidades e, claro, lucros. O ecletismo, tão fortemente associado à riqueza do café nas cidades paulistas, na década de 1940 passa a

ser considerado antiquado, símbolo de uma atividade econômica decadente que gradativamente cedia espaço à indústria local. Foi na década de 1930, por exemplo, que as Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo chegaram a Ribeirão Preto e Antônio Diederichsen mandou construir o primeiro “arranha-céu” da cidade, em estilo *art déco*.

Figura 12 – Sobrado na esquina das ruas General Osório e Saldanha Marinho



Fonte: Elaborado pela autora a partir das fontes indicadas

Para finalizar, gostaríamos ainda de reforçar o caráter operativo da pesquisa, que, aos poucos, tem viabilizado a aproximação do acervo arquivístico à paisagem atual, como o exemplo da Figura 13. Aproximação essa que nos leva a olhar para fragmentos de construções já bastante alteradas e nelas reconhecer seu valor histórico e a refletir acerca da necessidade de preservarmos não apenas os exemplares da arquitetura monumental, tão poucos se comparados à enorme produção edilícia que cidades como Ribeirão Preto tiveram, mas também essas “obras mais modestas”, para usar a terminologia da Carta de Veneza (ICOMOS, 1964), e que integram a nossa história e a paisagem histórica. Dada a sua complexidade, deixamos esta discussão para uma futura publicação.

Figura 13 – Villa Soares, na Rua Barão do Amazonas



Código	Acervo	Proprietário	Ano	Natureza do projeto	Assinatura 1	Assinatura 2
1914 143	APHRP	Antonio Soares Romêo (provável)	1914	Construção	Antonio Soares Romêo	Vicente Lo Giudice



Base cartográfica: Planta Cadastral de Ribeirão Preto, 1918
Em vermelho, números prediais

Fonte: Elaborado pela autora a partir das fontes indicadas

Considerações finais

Os mapas temáticos nos auxiliaram a construir narrativas sobre as dinâmicas de ocupação do Quadrilátero Central. Dinâmicas essas que resultaram da atuação de diversos atores e agentes e foram materializadas na arquitetura produzida ao longo de toda a primeira metade do século XX. Ao contrário do que nos leva a crer a história monumental ribeirão-pretana, o Quadrilátero Central, assim como também verificado por Lima (2020), não foi simplesmente uma área da elite. De fato, foi o local onde se concentraram as instituições de maior prestígio da cidade e muitos palacetes de fazendeiros e políticos locais. No entanto, também os setores médios da população participaram ativamente da formação e da transformação do espaço urbano, exercendo diversas funções e atividades.

O mapeamento das obras aprovadas entre 1896 e 1949 deu a ver as muitas camadas temporais e materiais de uma paisagem em constante transformação, agenciadas, principalmente, por pequenos proprietários de imóveis, ora adaptando-os às exigências dos códigos de posturas, ora reformando-os para moldá-los aos gostos e costumes da época. Desta forma, enfatizamos o potencial da espacialização de dados em pesquisas históricas, na medida em que permitem ampliar e tecer novas abordagens sobre temas e objetos já amplamente estudados, como é o caso do Centro de Ribeirão Preto. Esperamos, assim, contribuir na exploração do potencial desta ferramenta, sem prescindir do aporte teórico e crítico, além de oferecer novas perspectivas para a história da urbanização de Ribeirão Preto e para o campo da historiografia.

Referências

ALMANAK LAEMMERT: *Administrativo, Mercantil e Industrial* (RJ)- 1891 a 1940. Rio de Janeiro: Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/almanak-administrativo-mercantil-industrial-rio-janeiro/313394>. Acesso em: 10 out. 2021.

ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO DE RIBEIRÃO PRETO. *Guia do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto: O Arquivo, 1996.

BARBUY, Heloisa. *A Cidade-Exposição*. Comércio e Cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914. São Paulo: Edusp, 2006.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *A cidade como negócio: mercado imobiliário rentista, projetos e processo de produção do Centro Velho de São Paulo do século XIX à Lei do Inquilinato (1809-1942)*. 2018. Tese (Livre Docência)- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/16/tde-17012019-135711/pt-br.php>. Acesso em: 10 out. 2021.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Aspectos do mercado imobiliário em perspectiva histórica: São paulo (1809-1950)*. São Paulo: Edusp, 2016.

CADASTROS de Emplacamento pelo Sistema Métrico. Ribeirão Preto [s.n.], [s.d.].

CÂMARA MUNICIPAL do Ribeirão Preto. *Código de Posturas*. Ribeirão Preto: Typographia a vapor do Diário da Manhã, 1902.

GARCIA, Valéria Eugênia. *Do santo? Ou de quem... Ribeirão Preto: gênese da cidade mercadoria*. 2013. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2013. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18142/tde-07052014-154708/pt-br.php>. Acesso em: 10 out. 2021.

GASPAR, Tatiana de Souza. *Edifício Diederichsen: concepção e trajetória*. 2022. Tese (Doutorado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo)- Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2022. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102132/tde-07062022-143918/pt-br.php>. Acesso em: 24 out. 2022.

ICOMOS. *Carta de Veneza: Carta Internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios*. Paris: ICOMOS, 1964. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>. Acesso em: 6 out. 2021.

LIMA, Ana Carolina Gleria. *Casa e documentação: a história contada através de um acervo de projetos*. Brasil. 2020. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)- Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Carlos, 2020. doi: <https://doi.org/10.11606/T.102.2020.tde-30042021-072956>. Acesso em: 01 mar. 2023

REGISTRO dos Números dos Prédios- Antigo e Moderno. Ribeirão Preto [s.n.], 1949.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. 11. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

RELAÇÃO das plantas de construção e reconstrução aprovadas pela Câmara. Ribeirão Preto: [s.n.], 1902 – 1913.

RIBEIRÃO PRETO. *Lei nº 29 de 25 de maio de 1948*. Dispõe sobre emplacamento de prédios, vias e logradouros públicos e particulares. Disponível em: <https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/legislacao-municipal>. Acesso em: 23 jun. 2023.

RIBEIRÃO Preto. *O Commercio de São Paulo*, São Paulo, ano III, n. 706, 16 jul. 1895. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 24 fev. 2023.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2012.

VILLELA, Ana Teresa Cirigliano; BORTOLUCCI, Maria Angela Pereira de Castro e Silva. Acervos de arquitetura e SIG-Histórico: decifrando os antigos sistemas de numeração predial. *Paranoá*, [S. l.], n. 32, p. 1–24, 2022. DOI: <https://doi.org/10.18830/issn.1679-0944.n32.2022.11>. Acesso em: 2 nov. 2022.

Recebido em 29 fev. 2023.
Aprovado em 22 maio 2023.